

## A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A ÁGUA: UM ESTUDO DE CASO NA ONG ATITUDE COOPERAÇÃO EM NATAL (RN)

Lucas de Aguiar <sup>1</sup>  
Luana Bezerra Paiva de Lima <sup>2</sup>  
Suziely Santiago de Moura <sup>3</sup>  
Ana Karla Costa de Oliveira <sup>4</sup>

### RESUMO

A implantação da Educação Ambiental (EA) nas organizações sociais pode ser considerada uma das formas mais eficazes para a conquista de uma sociedade sustentável. Os debates nacionais sobre o meio ambiente nos últimos anos estabeleceram que as instituições – particulares e públicas – poderiam se aliar para o alcance do desenvolvimento sustentável, desde que se transformassem em espaços de conscientização ambiental, de modo a desenvolver o senso crítico, a mudança de comportamento e incentivar o respeito à vida a fim de disseminar novas práticas de uso dos recursos naturais, especialmente a água. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo analisar a EA em uma Organização Não Governamental (ONG) e a sua implantação na esfera educacional, bem como apresentar medidas cabíveis para o cuidado ao meio ambiente. Para atingir o objetivo proposto, dividiu-se a pesquisa em duas etapas: a primeira, de caráter bibliográfico, para subsidiar as bases teóricas do estudo; e a segunda em uma visita à ONG Atitude Cooperação em Natal/RN, para promover ações de EA focadas no desperdício e poluição da água por meio de dinâmicas e atividades educativas. A partir da visita realizada, percebeu-se um déficit de conhecimentos na temática discutida por parte dos atores sociais envolvidos. Isso pôde ser evidenciado em virtude dos índices de erro (65%) e acerto (35%) das dinâmicas aplicadas, reiterando a importância de difundir a EA para além do ambiente escolar, principalmente em locais com atividades extracurriculares, como é o caso da ONG em estudo.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental, Desperdício, Poluição da água, Conscientização.

### INTRODUÇÃO

Os recursos hídricos são atualmente alvos de preocupação e debates com intuito de preservação (ANA, 2019). A água é um recurso natural fundamental à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social, possuindo uma infinidade de usos, dos mais simples aos mais complexos. Torna-se, assim, um recurso escasso que precisa ser cuidado com muito discernimento (NETO, 2006). Assim, uma das vertentes para corroborar com as diversas formas

<sup>1</sup> Discente do Curso Técnico em Controle Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, [lucasdeaguiar11@gmail.com](mailto:lucasdeaguiar11@gmail.com);

<sup>2</sup> Discente do Curso Técnico em Controle Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, [luannabezerra@gmail.com](mailto:luannabezerra@gmail.com);

<sup>3</sup> Discente do Curso Técnico em Controle Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, [suzi11.santiago@gmail.com](mailto:suzi11.santiago@gmail.com);

<sup>4</sup> Professora Doutora do Curso Técnico em Controle Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, [karla.costa@ifrn.edu.br](mailto:karla.costa@ifrn.edu.br).

de preservação de recursos são as atividades correlacionadas à prática da Educação Ambiental (EA), que tem por finalidade buscar soluções e mitigar os problemas ambientais. Logo, é fundamental o desenvolvimento contínuo de ações que alcancem diretamente o âmbito educacional.

Jacobi (2003) afirma que a EA deve ser entendida como um processo dinâmico de aprendizagem, que valoriza as diversas formas de conhecimento, focando na formação do cidadão consciente e, na sua atuação, capaz de transcender determinada localidade, tornando-se ecologicamente correto. Nesse entendimento, Silva (2010) explicita que a EA em sua esfera democrática e participativa objetiva o desenvolvimento do pensamento sustentável como meio de conscientização ambiental, em que o conhecimento é produto de uma construção participativa.

A importância social e ambiental dessa vertente se apresenta tanto na forma de pensar do homem quanto na sua forma de entender e vivenciar um mundo natural para o início do processo de mudanças (SATO, 2001). Assim, este estudo concretizou-se a partir de ações desenvolvidas em uma ONG na região periférica da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, cuja ideia inicial consistiu em explanar a gravidade da temática, visto que o público alvo não possuía o conhecimento básico dos assuntos abordados e de métodos para amenizar prejuízos ao meio ambiente.

No Brasil, o artigo I da Resolução CONAMA nº 422 assegura meios que explorem a Educação Ambiental para coletividade ao “Estabelecer diretrizes para conteúdos e procedimentos em ações, projetos, campanhas e programas de informação, comunicação e educação ambiental no âmbito da educação formal e não-formal, realizadas por instituições públicas, privadas e da sociedade civil” (CONAMA, 2010).

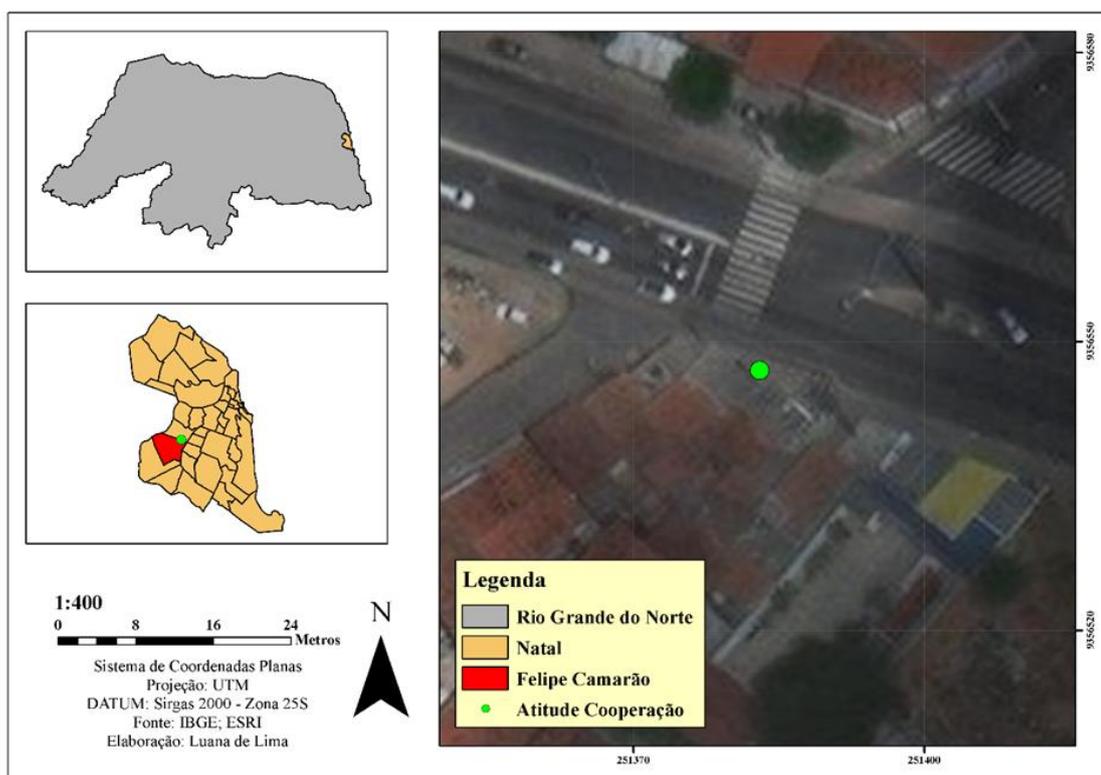
A partir desse fundamento, faz-se necessário compreender a relevância de viabilizar a legislação para seu desenvolvimento, na prática, com as diversas camadas sociais. Por consequência, inseridos na realidade da ONG Atitude Cooperação (Figura 01), percebe-se uma escassa rede de informações e diretrizes disponíveis para discutir as questões ambientais de maneira mesmo que simplista.

As ONGs assumiram papel de destaque na sociedade, muitas vezes suprimindo necessidades que caberiam apenas ao Estado. Desse modo, os grupos pertencentes às ONGs também estão diretamente inseridos na estruturação social pública, embora a sociedade acredite que a corporação não seja responsabilidade do governo. Nessa perspectiva, a ONG analisada possui parcerias palpáveis por meio privado ou estatal.

A entidade promove, há mais de 10 anos, diversos projetos sociais voltados para a comunidade adjacente. Dentre eles estão projetos como: Celeiro (Esportes), Tocando a Vida (Música Clássica), Encena (Teatro), Coletivo Coca-Cola (Capacitação Profissional) e Reforço Escolar. A ONG tem colaboradores como a Unimed Natal, Instituto Coca-Cola Brasil, Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, além de receber alunos por meio de parcerias com escolas municipais e estaduais da região que não ofertam atividades extracurriculares.

Nesse contexto, o presente estudo aplicou os conhecimentos da Educação Ambiental no bairro de Felipe Camarão, na zona oeste de Natal, tendo como público-alvo crianças e jovens na faixa etária de 4 a 18 anos, utilizando-se informações técnicas para o uso e preservação da água como alicerce norteador.

Figura 01 – Mapa de localização da ONG Atitude Cooperação, em Felipe Camarão.



Fonte: autoria própria (2019).

## METODOLOGIA

Os métodos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa foram divididos em duas etapas: seleção de materiais teóricos e visita a campo. Trata-se de um estudo predominantemente qualitativo, que se compõe de fatores como discussões, palestras e

comparações de dados presentes na literatura específica. Em razão disso, a primeira fase consistiu em estudos bibliográficos acerca da Educação Ambiental e o contexto da água. Sob essa perspectiva, investigaram-se parâmetros legislativos e artigos científicos, especialmente o artigo 225 da Constituição Federal e as resoluções estabelecidas pelo CONAMA. Já no que diz respeito a segunda etapa, realizou-se uma palestra para analisar o conhecimento ambiental dos participantes da ONG e proporcionar conversas e jogos interativos acerca do subtema “Poluição e desperdício da água” por meio de slide e apresentação oral, como pode ser observado na figura 02.

Figura 02 – Apresentação oral expositiva.



Fonte: autoria própria (2019).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a explicação, a participação das crianças e adolescentes foi bastante positiva para os resultados desta pesquisa. Conforme os alunos, a Educação Ambiental não era abordada em sala de aula e pouco debatida em seus cotidianos, o que não condiz com as leis regidas no país. Primordialmente, a ação realizada proporcionou efeito positivo e inovador no que diz respeito ao conhecimento básico ambiental.

De modo análogo, o artigo 225 da Carta Magna estabelece no parágrafo primeiro, inciso VI, que cabe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Em paralelo a isso, entende-se que não há o efetivo funcionamento dessas leis no âmbito educacional, gerando assim, uma sociedade desengajada de apropriação científica.

As palestras realizadas com os alunos da ONG nas turmas de Judô e Teatro, bem como com a contribuição do corpo gestor da instituição, professores e coordenadores, possibilitaram a obtenção de informações que apontam como ocorre a Educação Ambiental na entidade investigada e os seus resultados estão elencados abaixo.

No primeiro momento, foram apresentados, para os alunos de 4 a 18 anos, alguns conceitos e definições básicas acerca da utilização e preservação da água. Logo após, foi instituído que a turma passaria por uma dinâmica na qual teriam que responder as perguntas de acordo com o que foi abordado durante a explicação. Assim, com o intuito de atuar como uma gincana de conhecimentos ambientais, a classe foi dividida em dois grupos: Defensores da água e Salvadores da Terra.

Intitulada “Teste seus Conhecimentos”, a primeira prova consistiu em cinco questões de múltipla escolha na qual o grupo teria que assinalar a alternativa correta, conforme é possível vislumbrar na figura 03.

Figura 03 – Divisão dos grupos para a gincana.



Fonte: autoria própria (2019).

A segunda prova nomeada por “Monte as Frases”, teve como objetivo, a partir de palavras soltas, formar frases que tinham como mensagem alguma das temáticas discutidas. A terceira prova “Decifre as palavras” instituiu-se em os participantes fazerem leitura labial de algumas frases já faladas ao longo do compartilhamento do assunto. Na última prova, utilizou-se de mímicas, feitas pelas crianças e jovens, para que seu grupo decifrasse o conjunto de palavras. No entanto, todas as ações supracitadas aconteceram de forma espontânea e contextualizadas com a ocasião.

A partir das atividades desenvolvidas, foram obtidos os seguintes resultados:

Tabela 01 – Resultado dos testes aplicados aos alunos.

<b>Provas</b>	<b>Taxa de acertos</b>	<b>Taxa de erros</b>
Teste seus conhecimentos	40%	60%
Monte as frases	0%	100%
Decifre as palavras	40%	60%
Mímica	60%	40%

Fonte: autoria própria (2019).

Como é possível observar na tabela 01 e fazendo uma média aritmética simples com todas as etapas da gincana, percebe-se que a taxa de acertos foi de 35% e 65% de erros. Isso ocorreu, possivelmente, porque os grupos não detinham muito conhecimento sobre a temática. Ademais, ao analisar as concepções coletivas e de discussão, porquanto estavam divididos em grupos, percebeu-se divergências iniciais de opinião dentro das equipes, contudo, no fim, chegou-se a um consenso.

Indubitavelmente, vislumbrou-se que o núcleo pesquisado também é constituído pelas experiências individuais e pelo cotidiano recente, sendo por esse motivo conectado com a sociedade e representando características contextuais que envolvem os investigados. Segundo Paulo Freire (1970), os homens educam-se entre si mediatizados pelo mundo, por uma educação que exige a superação das divergências entre educador e educando. Ele destaca a importância de um diálogo, em que ambos se tornam sujeitos do processo e crescem juntos em liberdade, procurando o conhecimento verdadeiro e a cultura pela emersão das consciências para uma inserção crítica na realidade.

Nesse sentido, a concepção do autor se materializou quando houve interação dialogal entre os palestrantes e ouvintes. Outrossim, verificou-se nas respostas um nível razoável de apropriação e tomada de decisões em conjunto de informações que necessitam do olhar dos estudantes com medidas simples, como não jogar óleo na pia, escovar os dentes e tomar banho de forma a amenizar o consumo de água.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se, portanto, que a Educação Ambiental ligada ao desperdício e poluição da água é um tema que necessita de uma maior visibilidade social, tendo em vista a existência de políticas públicas que garantem suas aplicações. Todavia, a concretude dessas políticas não é

realizada de forma efetiva. As palestras educacionais desempenhadas serviram de base para que o corpo gestor da ONG fosse impulsionado a trazer mais atividades voltadas ao meio ambiente e sua preservação. Torna-se evidente, pois, uma maior abrangência e discussão da temática na esfera social. O meio utilizado para abordar os indivíduos evidenciou que as dinâmicas atenderam aos ideias e concepções das diferentes idades (4 a 18 anos), além de contar com a contribuição secundária dos docentes que estavam com os alunos. Contudo, a Educação Ambiental trata-se de um instrumento permanente e modificador, que tende de melhorar a relação do homem com o meio ambiente, proporcionando análises acerca das problemáticas ambientais e expondo a qualidade de vida e as futuras gerações dependem de um desenvolvimento sustentável. Assim, o âmbito escolar se torna um local oportuno para a aprendizagem e disseminação de conhecimentos sobre o meio ambiente, formando indivíduos críticos e conscientes.

## REFERÊNCIAS

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Preservação da água: um desafio para a sociedade.** Disponível em: <https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/preservaassapso-da-a-gua-um-desafio-para-a.2019-03-15.4955376770>. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2004. 436 p.

CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA nº 422, de 23 de março de 2010.** Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências. Brasília: Senado, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n.118, p. 189-205, mar. 2003.

KONDRAT, H.; MACIEL, M. D. Educação ambiental para a escola básica: contribuições para o desenvolvimento da cidadania e da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 15, n. 55, p. 825-1058, out/dez. 2013.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Conama aprova diretrizes para a educação ambiental.** Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informmma/item/5939-conama-aprova-diretrizes-para-a-educacao-ambiental>. Acesso em: 24 out. 2019.

NETO, V. P. **Avaliação da qualidade da água de represas destinadas ao abastecimento do rebanho na Embrapa pecuária sudeste**. 2006. 40p. Dissertação (Mestrado em Ecologia), Centro de recursos hídricos e ecologia aplicada, Universidade de São Paulo, São Carlos. 2006.

SATO, M. Debatendo os desafios da educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande;FURG, v. 1, p. 14-33, 2001.

SILVA, D. C. **A Educação ambiental no contexto escolar... como prática participativa**. 2010. 44 p. Monografia (Especialização) - Instituto a Vez do Mestre, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, W. R.; SILVA, M. R.; PIRES, T. B. O uso e a qualidade da água na produção animal. **Revista Eletrônica Nutritime**, v.11, n.5, p. 3617- 3636, set/out. 2014.

STORINO, S. **O Poder Público e as Organizações Não Governamentais (ONGs): a relação de colaboração**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-poder-publico-e-as-organizacoes-nao-governamentais-ongs/146299>. Acesso em: 30 out. 2019.